

A TRADUÇÃO COMO PROCESSO DE REINTERPRETAÇÃO CULTURAL

Marcelo Pereira Machado

Colégio de Aplicação – COLUNI
Universidade Federal de Viçosa
Campus Universitário – Viçosa – MG
CEP – 36570-000
marcelopmachado2007@ig.com.br

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de analisar o contexto das traduções, tendo como enfoque uma perspectiva que leve em conta principalmente o propósito feminista de traduzir. As traduções dentro de uma proposta feminina ou feminista tenderiam a apresentar um projeto mais nítido a respeito da apropriação cultural que se faz em relação ao texto primeiro. Desse modo, os trabalhos tradutórios evidenciados dariam destaque ao traço metonímico que lhes são próprios, permitindo um processo que chamaríamos de reinscrição cultural. A análise baseou-se nos estudos de Walter Benjamin e Jaques Derrida, além de teóricas feministas, como Elaine Showalter.

Abstract: The aim of this article is to analyse the translation context through a perspective that takes into account mainly the female translation. Translations inside a female or feminist proposal tend to show a cultural appropriation connected in some way to the first text. From this particular way, the so called feminist translation would give prominence to the methonimic feature allowing a process that we would call “cultural rewriting”. This analyses was based on Walter Benjamin’s and Jacques Derrida’s studies, and the Elaine Showalter.

Palavras Chave: Feminino, Literatura e Tradução

Keywords: Femele, Literature and Translation.

Introdução

Discutir gênero atualmente tornou-se frequente não apenas entre mulheres, mas também entre homens. Assim, é comum assistir

a programas televisivos ou ler revistas, em que o tema envolve o debate: “masculino versus feminino”. Recentes publicações de grande circulação no país e séries jornalísticas da televisão, com enfoque no assunto, podem comprovar a visibilidade que se tem dado ao debate.

No entanto, essa pretensa visibilidade esconde estruturas arraigadas, que pouco contribuem para enriquecer a discussão, além de permanecer orientada em representações unilaterais e estereotipadas. A mulher continua sujeita a signos machistas que a aprisionam como objeto do sensual e do frágil. É justamente dessa lógica secular e estereotipada que os Estudos de Gênero tentam se afastar, uma vez que são contra as posições neutralizantes de desigualdade e trazem consigo a idéia de construção social.

Nesse sentido, vários trabalhos se desenvolveriam na tentativa de romper ou encontrar alternativas para a desigualdade de gênero. A literatura, através de textos “feministas” e “femininos”, ou de postura feminina, tem ganhado destaque nesse campo. Apesar da polêmica em torno de uma “escrita feminina”, notam-se produções em que se levam em consideração a carga cultural e social recaída sobre o sujeito enunciador. Virgínia Woolf em *Um Teto Todo Seu* já nos falava sobre as dificuldades sociais envolta da mulher e como isso acarretava danos à vida das escritoras [1]. De qualquer forma, não se pretende deixar que a alienação de um termo, “feminino”, pelo senso comum, faça perder a intenção de uma obra, já que como bem expõe Stuart Hall em *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais* “os termos podem ser desarticulados de seus significados originais e rearticulados. O que significa essa concepção pré pós-estruturalista da linguagem na qual o significado encontra-se eternamente preso a seu referente racializado?”[2].

A tradução, principalmente a considerada feminista, seria um instrumento importante nos Estudos de Gênero, já que também visaria a uma retomada de significados, que transporiam para os textos intenções mais claras. Haveria maior ênfase no caráter metonímico do sujeito tradutor, orientando para a manipulação de um projeto tradutório e de como o *locus* enunciativo poderá influenciar na subjetividade do processo: os estudos de gênero têm um impulso comum ao dos estudos da corrente estruturalista (...) procuram, por um lado, tornar visível a ação subjetiva do tradutor

como agente necessariamente manipulador do texto original e, por outro, pretendem demonstrar, não apenas quão amplo e eficaz tem sido o poder da intervenção manipuladora do/a tradutor/a [3].

Dentro dessa vertente pós-estruturalista da tradução é que iremos embasar nosso estudo, atentando para o caráter de reelaboração de teorias e valores universais. Dessa forma, compreendendo a tradução como um processo amplo de reinterpretação da cultura, não uma cópia fiel ao original, mas um texto que se pretende ser outro, embora guarde marcas da produção primeira.

Assim, o objetivo seria mostrar a tradução, no sentido lato, como um instrumento de reinscrição cultural, em que se processará uma transformação do estado original. Destacando nessa transformação o enfoque de gênero, o qual seria propiciador da dinâmica de reescritura cultural, propondo uma nova relação entre feminino e masculino. Reescrever a cultura, por meio da tradução, seria reforçar o aspecto de gênero, afastando-se de um posicionamento centrado tradicionalmente em apenas um dos pólos.

Uma Perspectiva Culturalista

Os estudos tradicionais de tradução falavam principalmente sobre a impossibilidade de se traduzir pelo fato de não se conseguir uma totalidade na produção; seria sempre o arquétipo, a cópia do original; haveria uma perda na transposição que deixaria lacunas em relação ao texto primeiro. Suzana Kampff em seu livro *Tradução e Melancolia* afirma que:

Essa condição de impossibilidade foi, na maior parte das vezes encarada negativamente, como um entrave à reflexão e como sinal de pobreza do tema, em vez de, produtivamente constituir um ponto a partir do qual questionar a natureza da linguagem e do pensamento humano [3].

Nessa perspectiva de compreensão do traduzir, estava implícita a lógica fundante do episódio bíblico da Torre de Babel, de que haveria uma intraduzibilidade de uma língua a outra, já que alterações deveriam ser feitas para adequar o texto, ocorrendo

possíveis “perdas”. Não se levou em consideração nessas posições o que Walter Benjamin expõe com clareza em *Tarefa – Renúncia do Tradutor* sobre o caráter de “continuação” da tradução. De acordo com Benjamin, a tradução seria posterior ao original, sendo responsável, dessa forma, pela manutenção do original. Ela é quem iria permitir o manuseio desse texto em diferentes épocas.

Vale lembrar também as metáforas do escritor francês Jacques Derrida em seu livro *Torre de Babel* [4], obra em que se faz uma releitura benjaminiana, quando é mencionada a imagem do manto real e suas pregas em comparação ao projeto tradutório. Essas pregas poderiam ser compreendidas como as diversas sobrevidas que a tradução suscita ao original e o manto, em seu aspecto de realeza, seria a marca da efemeridade e do estado metonímico. Os reinados continuam, mas os governantes se alteram, há mudanças. A tradução deveria ser entendida também por esse traço metonímico, tangencial, o qual Derrida expõe em outras metáforas, como a do fruto e da casca, para mostrar que é possível a traduzibilidade e que “perdas” seriam sobrevidas de um mesmo texto.

A postura de Derrida sobre a tradução insere-se num contexto pós-estruturalista, em que há desmanches de teorias tradicionais. Mas esse posicionamento de analisar a tradução não como uma cópia do original e sim como uma co-produção, em um caráter metonímico, já estava presente em Benjamin; se se leva em consideração o messianismo benjaminiano no que toca à tradição cabalística, em que os fragmentos do grande vaso deveriam se unir, pode-se verificar a importância dada às partes para a formação do todo:

(...) a tradução, embora não possa pretender que suas obras perdurem – e nisso diferencia-se da arte – não nega seu direcionamento a um estágio último, definitivo e decisivo de toda estrutura da linguagem. Na tradução o original evolui, cresce, alçando-se a uma atmosfera por assim dizer mais elevada e mais pura da língua, onde, naturalmente, não poderá viver eternamente, como está longe de alcançá-la em todas as partes de sua figura, mas à qual no mínimo alude de modo maravilhosamente penetrante [5].

Apesar desses pontos em comum, Derrida em *Torre de Babel* não é messiânico como Benjamin. O filósofo francês estaria

mostrando a fragilidade e a precariedade da teoria messiânica, de redenção de Benjamim. Há uma tentativa de reescrever as posições benjaminiana, circunscrevendo uma crítica, abalando certezas e suportes. É essa atitude que se pretende com o nosso trabalho, ao orientar para traduções subversivas feministas, no seu sentido amplo, que não vêem a tradução como uma perda do original, mas como uma transformação, uma “vampirização” no sentido que lhe atribui Haroldo de Campos.

Essas posturas chamadas culturalistas ou ideológicas contribuiriam para vertentes não-etnocêntricas da tradução e mais abertas do processo. Desse modo, as reflexões que primam à ampliação do status de traduzibilidade deixariam para trás posicionamentos conservadores e até mesmo nomenclaturas arcaicas como “original” e “cópia”. De acordo com Lages [3], isso provocaria uma valorização do tradutor e de seu trabalho, já que o texto traduzido seria analisado não como um mero apêndice do original, mas uma tarefa elaborada, em que se levaria em conta identidades nacionais e anseios políticos.

Dentro desses anseios, destaca-se a categoria Gênero (LAURETIS, 1992), usada pelos estudiosos para representar a construção cultural, social e psicológica imposta sobre a identificação sexual biológica. Tendências feministas da tradução baseariam-se na categoria para reformular projetos desenvolvidos sob modelos machistas e falocêntricos. Segundo Sherry Simon em *Taking Gendered Positions in Translations Theory* [6], tradutores e mulheres seriam segmentos marginalizados pela forte hierarquização; a tradução submissa ao original e as mulheres, aos homens. Para tentar detalhar mais essa condição da mulher no percorrer dos séculos e sua atitude frente à literatura e, por conseguinte, aos projetos tradutórios, lançaremos mão de um pequeno histórico.

O Feminino na História

As representações do feminino e do masculino, ao longo da história, foram construídas paulatinamente para segregar ou reprimir um gênero em face do outro. O feminino, por não se enquadrar na

perspectiva delineada pelo masculino – patriarcal, androcêntrico, falocêntrico – adquire lugar de um outro dentro da civilização. Esse lugar é habitado por um pensamento universalizante e desigual, que para a feminista brasileira, Rita Terezinha Schmidt, em *Repensando a Cultura, a Literatura e o Espaço da Autoria Feminina*:

perpassa nossas histórias literárias (...) e concomitantemente, a experiência masculina como paradigma da existência humana nos sistemas simbólicos de representação. Na medida em que esse paradigma adquiriu caráter universalizante, a diferença da experiência feminina foi neutralizada e sua representação subtraída de importância [7].

Frente à realidade de opressão, já no século XIX, lideranças de mulheres se organizavam com o intuito de rever conceitos. O livro da inglesa Mary Wollstonecraft de 1792, intitulado *A Vindication of Women*, foi um grande provocador de discussões no mundo das mulheres. A partir dessa obra, iniciou-se, ainda que de forma embrionária, um movimento de cunho feminista nos Estados Unidos e no Brasil. No Rio de Janeiro, em 1919, seria fundado o Movimento Feminista Brasileiro.

Consequência de lutas desde o século XVIII, mas agregado realmente como força política na década de 60, o movimento feminista seria muito importante para a ruptura com o pensamento machista, tentando desconstruir o discurso do poder universal que a inferiorizava.

As mudanças conseguidas passavam por uma abertura da mentalidade patriarcal e androcêntrica: direitos trabalhistas, políticos e comportamentais. As conquistas tiveram reflexos também sobre a literatura. Em 1970, por exemplo, teve origem a crítica literária feminista, com a publicação da tese de doutorado da americana Kate Millet, *Sexual Politics*. Essa crítica passaria a rever a literatura produzida pelo cânone, num enfoque questionador quanto à prática universalista e patriarcal:

O trajeto da crítica feminista acontece paralelamente ao movimento feminista. Seu discurso está articulado entre outros discursos de cunho político social comprometido com o resgate de “vozes” que foram silenciadas e com a desconstrução do discurso hegemônico vigente [8].

A atitude revisionista da primeira fase da crítica literária feminista, que teve como fundamento a reinterpretação de textos, apresentava, para a feminista Elaine Showalter, uma dependência muito forte com a literatura considerada masculina e universal, já que se propunha a fazer uma releitura dessa última. Seria preciso encontrar e analisar as obras produzidas pelas mulheres, mas esquecidas pelo cânone. Esboçava-se a segunda fase da crítica, chamada Ginocrítica. Na década de 80, surgiria a categoria “gênero” que para Schmidt representará “(...) mudança: ultrapassando a fase de denúncia e opressão e a descrição das experiências e ou vivências femininas” [7]. Essa categoria não emanou propriamente da crítica feminista, ela foi absorvida pelo movimento, teve sua origem nos estudos da biologia. As Ciências Sociais englobarão o conceito e passarão a utilizá-lo. O Gênero se apresentará como um modo de percepção relacional entre feminino e masculino, esvaziando-se a concepção de um sujeito totalizador.

No intuito de averiguar de que forma a atividade literária está marcada pelas relações feminino e masculino, assim como a investigação dessas relações em culturas diversificadas e em períodos históricos, a crítica literária feminista utilizará o Gênero em seus estudos.

A atitude de re-pensar seria a essência e o fundamento da produção feminista, posto que, como afirma Showalter, ela “pode ser lida como um discurso de duas vozes, contendo uma história ‘dominante’ e uma ‘silenciada’” [9]. Nessa elaboração polifônica, o texto ganha em dimensões de análise, pois não considera um único ponto de vista – centralista e universal, mas visões múltiplas de um mesmo processo.

Nesse sentido, é possível associar trabalhos feministas, incluindo escrita e tradução, a uma revolta, se considerarmos que revolta etimologicamente denota: “um retorno, uma retomada do passado visando a um **deslocamento**, uma interrogação, um sarcasmo, contestação, insolência, **ruptura**” [10].

Susanne de Lotbinière-Harwood, feminista canadense, no artigo *The Body Bilingual*, apresenta um modelo do antropólogo Edwin Ardener, que expressa a desigualdade dos gêneros na sociedade e tenta esboçar de que forma a tradução acontece. O modelo apresenta um espaço dominante, formado pela visão

machista (pública), uma linha de repressão e separação e o espaço silenciado, constituído pela visão feminina (privado). Isso leva a autora a afirmar também que a tradução é familiar à mulher, pois existe o conhecimento da língua dominante e, através dessa, há a formação de uma outra linguagem que não seria opressora.

É desse ponto que retornaremos mais especificamente ao projeto tradutório feminista no seu sentido amplo, tentando compreender o caráter polifônico como uma dinâmica de dois textos: o que estaria manifesto, pela cultura dominante, e o que se faz latente.

Tradução e Tradição

Ao analisar o processo tradutório em seu significado *lato*, principalmente, a partir do traço de transposição, de recriação a uma nova idéia, a uma nova ideologia, tendo em vista o contexto feminista que destacamos a pouco, de silenciamento cultural, vale notar as palavras de Else Ribeiro Pires Vieira em “Fragmentos de Uma História de Travessias: Tradução e (Re) criação na Pós-Modernidade Brasileira e Hispano-Americana”: “Tradução (...) no seu sentido etimológico de ‘transpor’ - transpor uma outra história, transpor outro texto” [11].

Nesse sentido, a tradução feminista deveria ser compreendida como um processo de negociação, em que a diferença seria recriada ou transformada, ou seja o texto primeiro iria ser apropriado de uma maneira mais incisiva e engajada, levando em conta o propósito feminista, o que nem sempre acontece em traduções, pois o projeto tradutório tende a não se tão transparente. Homi Bhabha, em *O Local da Cultura*, nos diz que a diferença não deve ser lida como resultado de traços fixos da tradição, mas como uma articulação complexa, principalmente quando se faz a partir da minoria:

A representação da diferença não pode ser lida apressadamente como reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais [12].

Entender assim a tradução como um *processo* seria enxergar o seu caráter de contínua transformação, ou se se preferir de contínua reinscrição cultural, uma vez que quando se opta em dar notoriedade à diferença, nesse caso o pólo feminino, o tradutor está também, por meio do texto, transformando a perspectiva cultural, qual inside sobre a obra a ser traduzida. Tentemos sentir, como Derrida, a tradução, nesse enfoque culturalista, como um mecanismo de tolerância e amor: “Acompanhemos a esse movimento de amor, o gesto desse amante (...) que trabalha na tradução. Ele não reproduz, não restitui, não representa; no essencial ele não reproduz o sentido do original, a não ser nesse ponto de contato ou de carícia” [13].

Referências

1. WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
2. HALL, Stuart. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Organização Liv Sovik; tradução Adelaine Guardia Resende... (et all) – Belo Horizonte: ed. UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2000.
3. LAGES, Susana Kampff. **Walter Benjamin: Tradução e Melancolia**. São Paulo: ed. USP, 2002.
4. DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
5. BENJAMIM, Walter. **A Tarefa – Renúncia do Tradutor**. In: Clássicos da Teoria da Tradução – Antologia Bilíngüe/Alemão-Português. Trad. Susana Kampff Lages. UFMG, 2003.
6. SIMON, Sherry. **Taking gendered in translation theory**. In: -- Gender in translation: cultural identity and politics of transmission. London: Routledge, 1996, p. 1-38.

7. SCHIMIDT, Rita Terezinha. **Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina.** In: NAVARRO, Márcia Hoppe (org.) Rompendo o silêncio, Gênero e literatura na América Latina. Porto Alegre: ed. Da Universidade/ UFRGS, 1995, p. 182-189.
8. MOREIRA, Nadilza M. de Barros. **A condição feminina revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin.** João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
9. SHOWALTER, Elaine. **A Crítica Feminista no Território Selvagem.** In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (org.) Tendências e impasses, o feminino crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
10. REIS, Eliana Lourenço de Lima. **As Literaturas Africanas em Tempos Pós-Utópicos.** In: ALETRIA: revista de estudos de literatura, v. 6. Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, 2002, p. 202-210.
11. VIEIRA, Else Ribeiro Pires. **Fragmentos de uma História de Travessias e (Re) criação na Pós-Modernidade Brasileira e Hipano-Americana.** In: Revista de Estudos de Literatura, Belo Horizonte: UFMG, 1996, p. 61-78.
12. BHABHA, Homi. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
13. DERRIDA, Jacques. **Torres de Babel.** Belo Horizonte: UFMG, 2002.

